

QUEM TEM FOME, TEM PRESSA: CONTRUIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA NAS AÇÕES E POLÍTICAS PÚBLICAS DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Kleversson Severo Coelho [1]
Natalia Maria Lima da Silva [2]
Rafaele da Costa Oliveira [3]
Emylle Vitória de Oliveira [4]

GT 03 – Saúde:

RESUMO:

A fome no Brasil tem cor, raça e classe social. A psicologia, inserida no campo de ações e atuações nas políticas públicas de segurança alimentar e nutricional torna-se emergente. O presente trabalho tem como objetivo compreender como a psicologia vem atuando nas políticas públicas de alimentação e nutrição no país. Foi realizada uma pesquisa de revisão bibliográfica e de análise documental, foram realizados levantamentos de dados documentais e bibliográficos, seleção dos materiais, leitura e produção de escrita. A produção de estudos da psicologia sobre o tema é dispersa, heterogênea e são os poucos trabalhos sobre a situação do psicóloga na área da segurança alimentar e nutricional. Verifica-se um avanço na produção de pesquisa sobre a temática por outras áreas de conhecimentos, tais como, ciências sociais, nutrição, antropologia, agronomia e afins. No entanto, ainda é necessário construir pesquisas sobre a questão da fome como uma temática de saúde pública com grandes implicações na saúde mental das pessoas em vulnerabilidade socioeconômica e em situação de pobreza, migrações, situação de rua, entre outros.

Palavras-chave: Psicologia e Alimentação, Segurança Alimentar e Nutricional, Políticas Públicas e Fome.

[1] Discente do curso de Psicologia da Faculdade Metropolitana de Horizonte - FMH, kleversevero@gmail.com.
[2] Discente do curso de Psicologia da Faculdade Metropolitana de Horizonte - FMH, natalialima_1985@hotmail.com.
[3] Mestrado em Interdisciplinaridades em Humanidades - UNILAB, psicologarafaele@gmail.com, Psicóloga Clínica e Docente do Curso de Psicologia da Faculdade Metropolitana de Horizonte - FMH.
[4] Discente do curso de Psicologia da Faculdade Metropolitana de Horizonte - FMH, vemylle917@gmail.com.



[...] Os políticos sabem que eu sou poetisa. E que o poeta enfrenta a morte quando vê o seu povo oprimido.
Carolina Maria de Jesus

1 INTRODUÇÃO

O alimento, como uma das necessidades humanas fundamentais, constitui uma condição básica para a sobrevivência. No entanto, o ato de comer ultrapassa a dimensão biológica, envolvendo aspectos culturais, afetivos e sociais que se expressam nas relações entre os sujeitos e seus contextos de vida. Quando o acesso à alimentação se torna limitado ou inexistente, essa condição passa a configurar-se como um problema de saúde pública e de garantia de direitos sociais.

No Brasil, a insegurança alimentar e nutricional está profundamente relacionada às desigualdades sociais, sendo que a população negra é desproporcionalmente mais afetada pela fome e pela vulnerabilidade social, evidenciando que o acesso à alimentação também é atravessado por marcadores de raça e classe, com maior incidência de insegurança alimentar em domicílios chefiados por pessoas negras (REDE PENSSAN, 2022**;** IBGE**,** 2019)

Diante desse contexto, torna-se fundamental compreender as múltiplas dimensões que envolvem a fome e a insegurança alimentar, especialmente no que se refere às desigualdades estruturais que atravessam a sociedade brasileira. Nesse cenário, a Psicologia, em especial a Psicologia Social, apresenta-se como um campo importante para a compreensão dos impactos psicossociais dessas condições, bem como para a construção de estratégias de intervenção no âmbito das políticas públicas.

O presente estudo trata-se de uma pesquisa bibliográfica, de caráter exploratório e documental, sobre a atuação da Psicologia, com ênfase na Psicologia Social, no fortalecimento



das políticas públicas de segurança alimentar e nutricional. Tem como objetivo compreender como a Psicologia vem atuando nessas políticas no contexto brasileiro. O trabalho foi desenvolvido a partir de reflexões oriundas de uma dissertação de mestrado já defendida por uma das autoras, utilizada como base teórica para aprofundamento da discussão.

2 METODOLOGIA

Este trabalho foi resultado de uma pesquisa de análise documental e bibliográfica a partir de leituras de produções da literatura brasileira, sobre a psicologia frente às ações e atuação nas políticas públicas de segurança alimentar e nutricional no país. Pode-se observar que parte considerável dos trabalhos que tem sido realizado na literatura sobre insegurança alimentar, fome, alimentação, segurança alimentar e nutricional, entre tantos outros partem de abordagens interdisciplinares.

O trabalho foi realizado em quatro etapas, onde na primeira foi feito um levantamento nas bases de dados referenciais na internet, tais como: Google Acadêmico, SciELO, LILACS, entre outros sites importantes, que são referências em assuntos voltados a situação da segurança alimentar e nutricional no Brasil, como, Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, (Penssan) e Rede Brasileira pela Nutrição e Direitos Humanos (Abrandh). Essas fontes de levantamentos de dados foram importantes para iniciar a segunda etapa da pesquisa que foi a leitura flutuante dos materiais, a fim de selecionar os que mais se aproximaram do objetivo deste estudo. Na terceira etapa foram lidos os materiais e selecionados os matérias com datas entre os anos de 2010 a 2022, sendo esses os trabalhos dos últimos 12 anos sobre a problemática alimentar, por último iniciou-se o processo de escrita e a conclusão deste estudo. As bases teóricas para o desenvolvimento da pesquisa, tiveram como referência o livro de manuais acadêmicos de Minayo, Deslandes e Gomes (2021) sobre a *pesquisa social, teoria método e criatividade*[1]. A partir da organização desses levamentos bibliográficos buscou-se construir a organização das fontes de levamentos científicos que contribuíram para essa pesquisa.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

[1] MYNAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade. Petrópolis, Rio de Janeiro, Ed: Vozes, 2021.



Em *Psicologia Social da Comida*[2] Denise Amon (2014) afirma que no Brasil a comida como campo de estudos era considerada como de pouca importância. A comida era vista como algo de domínio da culinária, do ponto de vista pensado na herança passada por gerações, os estudos que tinham maior domínio eram os pensados nas bases biológicas e fisiológicas voltadas para os nutrientes. Falava-se de alimentação e de saúde a partir de um ponto de vista de sobrevivência e de reprodução da vida.

Ressalta-se que a alimentação como uma questão social e política não era pensada como uma problemática social, como destacado pela autora.

Nos últimos dois anos de pandemia da Covid-19 à fome tem ganhado notoriedade como um problema estrutural e político. Os dados da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional – Rede PENSSAN sobre o Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no contexto da pandemia da COVID-19 no Brasil, revelam que a população mais afetada pela insegurança alimentar e nutricional no país, tem cor, raça e classe social. Os dados do Inquérito expõem que no ano de 2020, 19,1 milhões de brasileiros/as conviviam com a fome, no ano seguinte de 2022, são 33,1 milhões de pessoas sem ter o que comer.

Para evidenciar que a fome no Brasil possui marcadores sociais e raciais bem definidos, os dados do II Inquérito Nacional (Rede Penssan, 2022) detalham que a insegurança alimentar grave afeta de forma desproporcional os domicílios chefiados por pessoas pretas e pardas (18,1%), em comparação aos lares chefiados por pessoas brancas (10,6%). Em relação à classe social e à renda, a privação severa de alimentos se concentra de maneira alarmante nas famílias que sobrevivem com uma renda per capita inferior a meio salário mínimo.

Além disso, os domicílios chefiados por mulheres e por pessoas com baixa escolaridade também apresentam os piores índices, escancarando como o racismo estrutural e as profundas desigualdades socioeconômicas são determinantes diretos na violação do direito à alimentação.

O Brasil já foi referência no âmbito internacional no combate à fome, entre os anos de 2004 a 2013, houveram grandes resultados das políticas públicas de erradicação a pobreza, chegando à fome a ser reduzida para menos da metade do índice inicial de 9,5% para 4,2% dos lares brasileiros (Rede Penssan, 2021).

Na atual conjuntura do governo brasileiro de Jair Bolsonaro, a situação das políticas públicas de saúde e de segurança alimentar e nutricional tem sofrido desmontes, causando

[2] AMON, Denise. Psicologia Social da Comida. Petrópolis, Rio de Janeiro, Ed: Vozes, 2014.



grandes prejuízos e trazendo o Brasil para o mapa da fome. E o que a psicologia tem a ver com isso? Esse pode ser o questionamento de muitos leigos, ou até mesmo, de apoiadores de um governo de direita que nega a fome como uma situação real e política em diversas regiões do Brasil.

A psicologia enquanto ciência tem rompido com um modelo tradicional de ensino e tem buscado dialogar com diferentes áreas de atuação e com abordagens interdisciplinares. Em um estudo de Melo e Medeiros (2018) sobre a psicologia social na luta contra a pobreza, as autoras afirmam que a pobreza se manifesta de diferentes maneiras em diversos campos da nossa existência, podendo ser percebida a partir de múltiplas perspectivas, a depender de cada carência do sujeito.

A psicologia lida com uma gama de demandas, entre elas a pobreza e a fome, essas remetem um conceito mais amplo que está diretamente ligado à falta de recursos necessários para a sobrevivência minimamente digna. Destaca-se que não se trata de apenas registrar essas questões como dados crescentes de empobrecimento, mas sim, pensar políticas públicas sociais e de direitos humanos para essas necessidades, para além dos dados estatísticos.

A insegurança alimentar e nutricional é resultado do negligenciamento dessas políticas públicas, a lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006[3], dispõe da criação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e com vista a garantir o direito humano à alimentação adequada da população brasileira. Segundo o art. 3º da lei a segurança alimentar e nutricional é definida como:

> Art. 3º A segurança alimentar e nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis (BRASIL, 2006, p.4).

Apesar da segurança alimentar e nutricional ser um direito humano que deve ser garantindo a todas as pessoas, essa passa a oscilar em um contexto global. A alimentação possui forte relação com à saúde mental dos sujeitos, os problemas alimentares tais, como a obesidade, compulsão alimentar, transtornos alimentares, problemas gastrointestinais entre tantos outros problemas associados aos hábitos e acesso aos alimentos possuem fatores para além dos biofisiológicos, esses passam a ser problemas também emocionais, sociais e políticos.

[3] BRASIL, Ministério da República. Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. LEI Nº 11.346, DE 15 DE SETEMBRO DE 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências.



Nesse contexto, a participação efetiva do profissional de psicologia no campo da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) transcende a perspectiva estritamente clínica, consolidando-se na atuação estratégica dentro dos equipamentos de políticas públicas, com destaque para o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e o Sistema Único de Saúde (SUS).

Nesses territórios, o psicólogo atua no acolhimento e na mediação dos impactos psicossociais severos provocados pela privação de alimentos, intervindo nos processos de estigmatização, quebra de vínculos, exclusão e nos sentimentos de impotência vivenciados por indivíduos em extrema vulnerabilidade. Para além do manejo do sofrimento psíquico, a práxis psicológica engloba o trabalho com grupos e comunidades visando o fortalecimento da autonomia, o resgate da cidadania e a emancipação social.

Atuando em equipes inter e multidisciplinares, o psicólogo exerce um papel fundamental na formulação e execução de projetos sociocomunitários que compreendem o alimento não apenas como subsistência biológica, mas como um direito humano inalienável, atuando como um articulador no acesso dessa população à rede de proteção social e garantias de direitos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este texto apresenta algumas considerações de caráter bibliográfico e documental sobre a questão da situação da fome e da insegurança alimentar, a partir de olhares e reflexões interdisciplinares e da psicologia.

Observou-se neste trabalho a importância da psicologia diante da questão alimentar, considerando a alimentação como um processo subjetivo, social, político e de direito humanos. Os dados aqui expostos revelam a emergência de debates sobre a fome e desmonte das políticas públicas de saúde e alimentação no cenário atual do país.

A Rede Penssan apresentou dados expressivos sobre a situação emergencial da insegurança alimentar e nutricional e as populações mais afetadas pela ausência do direito humano alimentar.

REFERÊNCIAS

AMON, Denise. **Psicologia Social da Comida**. Petrópolis, Rio de Janeiro, Ed: Vozes, 2014.



BRASIL, Ministério da República. **Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional**. LEI Nº 11.346, DE 15 DE SETEMBRO DE 2006, Brasília, 2006, p.4.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). **Referência técnica para atuação do(a) psicólogo(a) no CRAS/SUAS**. Brasília: CFP, 2007.

JESUS, Carolina Maria de Jesus. **Quarto de Despejo: diário de uma favelada**. 1 ed. São Paulo: Ática, 2020.

MYNAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. Petrópolis, Rio de Janeiro, Ed: Vozes, 2021.

MELO, Maria de Fatima Aranha de Queiroz e; MEDEIROS, Larissa. A Psicologia Social e a luta contra a pobreza nossa de cada dia**. Pesquisas e Práticas Psicossociais** 13(2), São João del Rei, maio-agosto de 2018. **Disponível em:** Pesquisas e Práticas Psicossociais 13(2), São João del Rei, maio-agosto de 2018. Acesso: 12 de agos. 2022.

REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL. **Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no contexto da pandemia da COVID-19 no Brasil**, 2021.

REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL. II **Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil**. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert: Rede PENSSAN, 2022.